

Senado assumiu a liderança dos debates políticos em 75

BRASILIA (O GLOBO) — O trabalho do ano legislativo se caracterizou, segundo a opinião generalizada de senadores e deputados, pela discussão dos programas governamentais e o debate das grandes teses nacionais.

Nenhum projeto de vulto pode ser catalogado em suas realizações, comentam os parlamentares, mas o Congresso dissecou com Ministros e técnicos a atividade do Governo nos setores mais vitais e levou ao público sua visão da política salarial, do papel das multinacionais e da questão do menor abandonado.

Senado

Ao analisar a atuação do Senado em 1975, o Senador Magalhães Pinto, seu presidente, afirmou que "o plenário foi o grande foro de debates dos problemas nacionais".

Esse ponto de vista é defendido também por outros senadores, deputados e porta-vozes do Executivo. Em 1975 o Senado ganhou importância pelos grandes discursos dos principais líderes políticos do País e pelos debates sustentados pelos partidos na discussão dos mais graves problemas nacionais.

Depois de alguns anos colocado em plano secundário no quadro político — a Oposição tinha apenas sete representantes até o final do ano passado, no total de 66 senadores — o Senado mudou sua imagem quando o MDB passou a contar com 20 cadeiras. O revigoramento da Oposição foi considerado pelo Senador Magalhães Pinto o principal fator de fortalecimento do Senado como casa de debates políticos.

Esse revigoramento revelou em Brasília alguns políticos jovens e fez ressurgir outros, mais experientes, que estavam afastados. Entre os mais destacados participantes do novo quadro situaram-se os senadores Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Teotônio Vilela e Luis Viana Filho, pela Arena; Itamar Franco, Paulo Brossard e Marcos Freire, pelo MDB. Ao seu lado, prosseguiram atuando com destaque os senadores José Lindoso e Accioly Filho, Franco Montoro e Amaral Peixoto.

O primeiro semestre não foi satisfatório para o Senado. O início da sessão legislativa, com a entrada de muitos senadores jovens, não permitiu que os representantes dos dois partidos se ciclassem na atuação política. Por outro lado, o caso Wilson Campos monopolizou as atenções.

Com a decisão sobre o mandato do senador pernambucano, o Senado pôde desempenhar fielmente o seu papel no segundo semestre. Foi criada uma CPI — a do Mobral — e os grandes discursos tiveram uma repercussão maior e ordenada.

Trabalho intenso

Entre as decisões mais importantes, além dos debates de plenário, situam-se o trabalho da CPI, a apreciação do orçamento anual para 1976, o estudo da ampliação da missão fiscalizadora do Senado e do Congresso e diversos simpósios promovidos pelas comissões técnicas.

Dos grandes oradores do ano, podem ser destacados:

Teotônio Vilela (Arena-AL) — foi poucas vezes à tribuna, sempre analisando temas institucionais e seus discursos foram intensamente debatidos em todo o País;

Luis Cavalcante (Arena-AL) — pronunciou discursos curtos e concisos, aliados a uma posição corajosa e independente, foi o primeiro a defender os contratos de risco para a pesquisa do petróleo no País. Quando o Governo tomou a decisão ele já tinha conseguido convencer diversos companheiros de partido e até adversários;

Luis Viana Filho (Arena-BA) — depois de um primeiro semestre discreto, o ex-Chefe da Casa Civil no Governo Castelo Branco assumiu

nova posição e fez dois discursos de grande repercussão, criticando as condições sócio-econômicas do Nordeste e denunciando o Mobral;

Marcos Freire (MDB-PE) — teve atuação mais destacada no primeiro semestre, embora com características mais moderadas do que em seu tempo de Câmara, fez alguns discursos sobre temas institucionais.

Agenor Maria (MDB-RN) — com peculiaridades inteiramente diferentes dos demais senadores, usando uma linguagem autêntica e popular, destacou-se na legislatura como defensor de melhores condições de vida para o Nordeste e de medidas destinadas a superar as desigualdades regionais.

Acima do destacado papel também desempenhado pelas lideranças dos dois partidos, os senadores acreditam que a presença do Senador Magalhães Pinto na presidência foi indispensável para manter o equilíbrio e o bom-senso nos debates. A figura de Magalhães Pinto evitou, muitas vezes, que os debates descambassem para a provocação, tal o respeito que todos lhe têm.

Magalhães Pinto, segundo os senadores, foi um presidente rigorosamente apartidário: com sua experiência política ele conteve e aconselhou, ouviu parlamentares dos dois partidos e evitou que posições radicais fossem manifestadas, em benefício da classe política e do prestígio do Congresso.

A confiança que ele inspirou a senadores de Arena e MDB fez com que fosse sempre procurado por parlamentares que, confidencialmente, lhe davam conta de discursos que pretendiam fazer e pediam sua opinião quanto à oportunidade ou não do tema.

Balanco

O Senado apreciou em 1975 quase oitocentos projetos, sendo 278 apresentados pelos próprios senadores. Das 792 proposições estudadas, 149 vieram de legislaturas anteriores, havendo ainda 172 projetos originários da Câmara, 35 projetos de decretos legislativos, 119 projetos de resolução, seis indicações e 24 mensagens do Executivo indicando ocupantes de cargos públicos.

O plenário se reuniu 22 vezes, com 156 reuniões ordinárias, 54 extraordinárias e duas especiais. As comissões técnicas realizaram 435 reuniões, com 240 ordinárias e 195 extraordinárias.

As comissões especiais tiveram 35 reuniões: 15 para a CPI do Mobral e 20 para apreciar o caso Wilson Campos.

Dos projetos apresentados pelos próprios senadores, 108 tiveram sua definição durante o ano, ficando os outros para tramitação em 1976.

Entre os principais assuntos estudados destacam-se a criação dos movimentos estudantil e trabalhista nos partidos políticos; o Código de Menores; salário-família para o trabalhador rural; a impenhorabilidade da casa de moradia do devedor; isenção de multa para o eleitor; penalidades para a infringência de normas de segurança do trabalho.

Na Câmara

Ao contrário do Senado, a atividade da Câmara se concentrou no trabalho de comissões técnicas e de inquérito, com o exame setorializado dos problemas, com predominância para o aspecto econômico e social.

O plenário, que projetou a Câmara ao longo dos anos pelos discursos de repercussão — agora transferidos ao Senado — ficou reservado para os grandes momentos, em que foram feitas análises e críticas do problema institucional, educacional, habitacional e dos contratos de risco.

Nesse cenário mais amplo, deputados da Arena e do MDB definiram respectivamente sua visão específica de cada problema. Assim, fórmu-

las e opções foram apresentadas como mais uma alternativa, para se juntar às que o Governo já dispunha.

A perda de destaque do plenário da Câmara para o Senado, determinado pela renovação de mais da metade dos deputados e de um terço dos senadores, levou muitos à tentativa de recuperação do antigo prestígio. Mas nada surtiu efeito, pelo menos neste primeiro ano, e o Senado continuou sendo o que os senadores chamam de a "grande caixa de ressonância nacional".

Mesmo assim, o plenário da Câmara ouviu 4.800 discursos, com uma média diária de 60, dos quais 40 do MDB e 20 da Arena, e acolheu 1.500 projetos, a maioria deles propondo soluções para questões de previdência, habitação, educação, economia e política.

Comissões

Se o plenário da Câmara perdeu em importância para o Senado, o mesmo não se deu com suas comissões técnicas, que trabalharam com um ânimo nunca verificado antes em sua história. Pelo menos um ministro ou um técnico de alto nível era convidado a cada dia para prestar contas aos deputados sobre o andamento de programas governamentais nos vários setores da atividade.

A questão da influência do capital estrangeiro na economia do País foi examinada até a exaustão pela CPI das Multinacionais. Nada menos de oito ministros e vinte outros dirigentes de empresas estrangeiras foram convocados para esclarecer a atuação desses grupos.

Na CPI dos Salários, outros ministros e técnicos do Governo foram interpelados pelos deputados a respeito da política salarial. Curiosamente, um neologismo surgiu nessa CPI, em debate com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen: "pedantocracia", termo concebido por um deputado para definir a complexidade da fórmula de aumento salarial.

As comissões técnicas debateram longamente também os códigos Civil e de Processo Civil, a questão do inquilinato, a indústria farmacêutica, a política internacional, muitas vezes através de simpósios, com apresentação de conclusões e recomendações.

A ênfase no trabalho das comissões é explicada por muitos deputados como uma evolução em termos de legislativo moderno. Eles explicam que se trata de um tipo de atividade que será preponderante no Parlamento.

Segundo eles, a participação dos parlamentares em número menor e possivelmente mais especializados proporciona trabalho mais proveitoso e consciente nos debates políticos, econômicos, sociais e culturais.

Estatística

As 16 comissões técnicas da Câmara realizaram 638 reuniões, apreciando 2.510 matérias e aprovando 1.206. Ficaram pendentes para 1976 cerca de 900 projetos na área das comissões, com mais 100 que obrigarão a audiências externas.

Das seis CPIs da Câmara, encerraram seus trabalhos e apresentaram seus relatórios: a das multinacionais, a do menor e a do Proterra. As três restantes — INPS, sistema penitenciário e política salarial — ainda estão na fase pré-relatório.

De todas as comissões, como acontece sempre em consequência dos dispositivos do Regimento Interno, a de Constituição e Justiça foi a que desenvolveu maior atividade: recebeu 1.515 matérias para opinar, o que perfaz um total de 60,4 por cento do trabalho global de todos os órgãos técnicos da Câmara.